

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

**LINDOMAR ARCENO CARDOSO**

**O PRONAF NO PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PRODUTIVA DO  
MELADO E AÇÚCAR MASCAVO - PURO ENGENHO: ESTUDO DE CASO EM  
UMA AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO  
DA PATRULHA - RS**

**SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA  
2011**

**LINDOMAR ARCENO CARDOSO**

**O PRONAF NO PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PRODUTIVA DO  
MELADO E AÇÚCAR MASCAVO - PURO ENGENHO: ESTUDO DE CASO EM  
UMA AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO  
DA PATRULHA - RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Tecnólogo, no curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pólo Santo Antônio da Patrulha.

Orientador: Professor Doutor Carlos  
Guilherme Adalberto Mielitz Netto  
Co-orientadora: Ms Chaiane Leal  
Agne

**SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA  
2011**

**LINDOMAR ARCENO CARDOSO**

**O PRONAF NO PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PRODUTIVA DO  
MELADO E AÇÚCAR MASCADO - PURO ENGENHO: ESTUDO DE CASO EM  
UMA AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO  
DA PATRULHA - RS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Tecnólogo, no curso Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pólo Santo Antônio da Patrulha.

Aprovado com Conceito (\_\_\_\_\_)

---

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto  
Orientador  
UFRGS

---

Ms Chaiane Leal Agne  
Co-orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier  
UFRGS

Santo Antônio da Patrulha, 09 de maio de 2011.

Dedico este trabalho a Sônia Dalmar, esposa e tutora presencial, incansável na árdua tarefa de não me deixar desistir.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto pela sua orientação e à tutora co-orientadora Chaiane Leal Agne por sua dedicação e valiosa contribuição, sem a qual este trabalho não chegaria ao final. Agradeço também, aos colegas que, durante o curso, foram grandes parceiros e amigos.

Um agradecimento especial aos agricultores que contribuíram com a pesquisa e ainda ao amigo Diego, um grande incentivador.

## RESUMO

Este trabalho busca descrever a influência do Pronaf Investimento usado na modernização de uma agroindústria familiar rural de melado em Santo Antônio da Patrulha – RS. Embora o melado seja um produto tradicional, ele é produzido, quase todo por agroindústrias familiares rurais que estão na informalidade. Buscando reverter este quadro, foi criado o Programa Municipal de Qualificação Produtiva do Melado e do Açúcar Mascavo: Puro Engenho. Porém os agricultores que aderiram ao programa necessitaram buscar aportes financeiros externos a propriedade. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar se o Pronaf Investimento, usado para adequar-se ao programa, produziu modificações e contribuiu com a alteração da renda da família produtora de melado. Os dados foram obtidos através da aplicação de um instrumento de coleta semi-estruturado, na forma de questionário, que deu ao produtor a possibilidade de falar das dificuldades enfrentadas e dos resultados alcançados na lucratividade e canais de comercialização. O resultado positivo do investimento está bem claro no aumento da produção de melado que, praticamente, dobrou para atender a demanda. O aspecto negativo encontrado foi a opção que o produtor fez em continuar comercializando seu produto com um único consumidor, ficando sujeito ao desempenho da fábrica de rapaduras. Por outro lado, ficou claro que o aumento da renda propiciou melhorias capazes de manter o interesse dos filhos em permanecer na propriedade.

**Palavras-chave:** Agroindústria familiar; Pronaf Investimento; Puro Engenho.

## **ABSTRACT**

This work describes the influence of Pronaf Investment used in upgrading a molasses rural agribusiness family in San Antonio da Patrulha - RS. While the syrup is a traditional product, it is produced by almost every rural family agribusiness that is informal. Seeking to reverse this situation, the Municipal Program for Qualifying Production of Molasses and Brown Sugar were created: Puro Engenho. But farmers who joined the program needed to seek outside financial contributions to acquire property. This study aims to examine whether the Pronaf Investment, used to fit the program, produced changes and contributed to the change in families income by producing molasses. Data were obtained through the application of an instrument to collect semi-structured in the form of a questionnaire, which gave the producer the opportunity to speak about the difficulties faced and the results achieved in the profitability and through the marketing channels. The positive result of the investment is clear in the increased production of molasses that nearly doubled the necessary to meet the demand. The negative aspect found was the option made by the producer to continue marketing your product with a single consumer, subject to the performance of brown sugar mill. Moreover, it became clear that the increased income provided improvements that would maintain the interest of their children in remain on their property, continuing the work.

**Key Words:** Familiar Agroindustria; Pronaf Investment; Pure Device.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
2.1 Tipo de Pesquisa.....	11
2.2 Unidade de Análise.....	11
<b>3 PRONAF, AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES E MERCADOS FORMAIS.....</b>	<b>13</b>
3.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.....	13
3.2 Agroindústrias Rurais Familiares. Definição.....	15
3.3 Os Mercados Formais para as Agroindústrias e o Processo de Certificação.....	18
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AGROINDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA: O CASO DO PROGRAMA PURO ENGENHO.....</b>	<b>20</b>
4.1 Resultados Sociais e Econômicos do Programa Puro Engenho: O Caso da Agroindústria Rural Familiar em Santo Antônio da Patrulha.....	24
4.1.1 Identificação da Propriedade.....	25
4.1.2 Atividades Desenvolvidas.....	26
4.1.3 Canais de Comercialização.....	26
4.1.4 Informações Sobre a Adesão da Família ao Programa Puro Engenho.....	27
4.1.5 Produção, Comercialização e Renda .....	28
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE - Questionário Aplicado ao Produtor.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO – Folder do Programa Puro Engenho.....</b>	<b>41</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O município de Santo Antônio da Patrulha pertence à região Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, distante 76 km da capital Porto Alegre. Está localizado na zona de transição entre a Planície Costeira e o Planalto Meridional, o que faz com que o território do município seja composto por extensa área de planície, com grandes e médias propriedades rurais que desenvolvem agricultura mecanizada, principalmente com cultivo de arroz irrigado. Apresenta grande área com relevo acidentado, predominando pequenas propriedades rurais de agricultura familiar, tendo destaque o cultivo de cana de açúcar e de produtos para o autoconsumo como feijão, milho, aipim, batata doce e banana, além de hortaliças e legumes (IBGE, 2010)

Santo Antônio da Patrulha é um município com forte tradição no cultivo de cana de açúcar, porém, com o desenvolvimento de indústrias fabricantes de doces e com o recrudescimento das exigências por parte da Vigilância Sanitária, foi preciso desenvolver programas que visassem o cumprimento de normas das Boas Práticas de Fabricação (BPF). De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura, em Santo Antônio da Patrulha existem cerca de 70 engenhos de cana, porém, somente cinco possuem alvará de funcionamento e sanitário. Assim, a maioria destas agroindústrias está atuando na informalidade.

O programa Puro Engenho<sup>1</sup> foi criado em 2007 e desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal, Sebrae, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater e participação do Banco do Brasil. Nasceu com a finalidade de estimular os agricultores familiares a produzirem açúcar mascavo e melado de acordo com as normas de controle sanitário, mas sem que se perdesse a qualidade de um produto natural que já tem tradição e característica colonial, e também de modo a incrementar a renda dessas propriedades.

Um grupo de quinze produtores aderiu ao programa logo na sua implantação. Para atender às necessidades de modernização e adaptação das instalações, foi preciso buscar recursos financeiros externos à propriedade, especialmente junto ao Banco do Brasil, que viabilizou o acesso ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O PRONAF é um programa do Governo

---

<sup>1</sup> Programa Municipal de Qualificação Produtiva do Melado e Açúcar Mascavo - Puro Engenho.

Federal que tem como finalidade financiar projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, para Graziano (2003) o sistema de crédito rural a juros subsidiados tornou-se condição necessária da modernização da agricultura.

A linha de crédito acessada pelos agricultores que integram o programa Puro Engenho foi o PRONAF Investimento, que destina recursos para financiar projetos de infra-estrutura que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização de produtos agropecuários. Partindo do pressuposto de que o objetivo do Programa Puro Engenho era inserir os agricultores nas regras formais de certificação e garantir a comercialização dos produtos, o que se pretende com este trabalho é buscar se houve influência do PRONAF Investimento sobre a renda dos produtos agroindustriais de uma dessas famílias, assim como, se houve a abertura de novos mercados para o melado de cana a partir dessa adesão.

Com o intuito de investigar as possíveis mudanças ocorridas na vida das famílias que aderiram ao PRONAF com participação no programa Puro Engenho, faz-se necessário identificar se houve alterações na renda com a inclusão do agricultor e com aquisição de benfeitorias e equipamentos para a produção de açúcar e melado, e também se houve incremento nos canais de comercialização. É preciso confrontar se o investimento, que visa normatizar a produção para adequar-se às normas de vigilância sanitária, propiciou a saída da informalidade ou trouxe somente endividamento às unidades de produção familiar envolvidas no programa. Além disso, este estudo pode contribuir para a reflexão sobre a operacionalização dos programas e políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente pela identificação da realidade local.

Assim, a questão norteadora deste trabalho é: o Programa Puro Engenho contribuiu para a renda e comercialização dos produtos da agroindústria rural familiar? O objetivo geral da pesquisa é analisar modificações ou contribuições econômicas e sociais que o Programa Puro Engenho provocou em uma Agroindústria Rural Familiar, no que se refere à comercialização e renda do melado, seu principal produto. Quanto aos objetivos específicos, este trabalho visa: descrever os canais de comercialização dos produtos agroindustriais e identificar se houve aumento no número de canais de comercialização dos produtos; analisar se houve, na percepção da família, incremento na renda obtida pela comercialização do melado, após a adesão ao projeto; identificar quais foram as modificações exigidas

pelo Programa Puro Engenho e que foram implementadas pela família para a adequação às normas de sanidade; e descrever quais foram os benefícios e dificuldades do projeto, na percepção da família;

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: Capítulo 1: apresentação do tema, problema e objetivos a serem alcançados; Capítulo 2: a metodologia utilizada; Capítulo 3: apresentação do referencial teórico abordando as políticas públicas e agroindústrias rurais familiares, e também os mercados formais e o processo de certificação; Capítulo 4: apresentação dos resultados da pesquisa e descrição da unidade de produção, características e atividades desenvolvidas; e Capítulo 5: as considerações finais sobre o trabalho.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 TIPO DE PESQUISA

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como um estudo exploratório-descritivo e buscou conhecer os reflexos produzidos pelos resultados do programa na renda e nos canais de comercialização dos produtos das famílias.

O procedimento técnico para realização dessa pesquisa foi o estudo de caso. Segundo Fonseca (2002) um estudo de caso pode ser caracterizado com o estudo de uma entidade bem definida, visando conhecer em profundidade o seu “como” e seus “porquês”, e evidenciando a sua unidade e identidade própria. Também foi adotada a abordagem qualitativa, uma vez que o foco não foi somente a renda da unidade, mas descrever todo o seu universo familiar. Para Minayo (2001) *apud* Gerhart e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

### 2.2 UNIDADE DE ANÁLISE

O trabalho foi realizado no período de novembro a dezembro de 2010, tendo como unidade de análise uma agroindústria familiar estabelecida no município de Santo Antônio da Patrulha. Para a obtenção dos dados foi aplicado um instrumento de coleta de dados semi-estruturado (APÊNDICE), na forma de questionário, que permitiu uma metodologia de análise qualitativa.

Questões como quais as principais dificuldades para adesão ao programa, levou a entender um pouco sobre o processo da difícil aceitação do proprietário em assumir dívidas com o Banco do Brasil. Também foi importante o questionamento a respeito das modificações estruturais exigidas, da presença dos órgãos públicos, e principalmente se a participação trouxe ônus ou benefícios.

Foram coletados dados junto a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha especialmente Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Finanças. Com estas informações foi possível fazer um contraponto ao

depoimento do agricultor, uma vez que por ser um órgão público, busca analisar a questão de forma mais abrangente já que está comprometida com a coletividade.

### **3 PRONAF, AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES E MERCADOS FORMAIS**

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico sobre o PRONAF, e ainda os principais conceitos que serviram de base para o estudo

#### **3.1 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

No final do ano de 1995 o governo federal elaborou o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) que posteriormente teve sua denominação mudada para Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. De acordo com Lima (2001) essa alteração ocorreu em função de que como plano exigiria um debate mais aprofundado no Congresso Nacional e suas ações poderiam ser retardadas pelo conservadorismo em torno da questão da Agricultura Familiar, já como programa suas ações seriam determinadas por decreto do Poder Executivo.

A partir de 1996 deixa de ser apenas uma linha de crédito de custeio e hoje abrange uma diversificada linha de atuação, como o PRONAF Investimento, PRONAF mulher, PRONAF agroecologia e o PRONAF agroindústria, entre outros. O PRONAF investimento permite, entre outros itens, financiar projetos de infraestrutura que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização de produtos agropecuários. As baixas taxas de juros do PRONAF permitem que as pequenas agroindústrias tenham acesso aos recursos que são o principal instrumento de financiamento da agricultura familiar, sendo que estes créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva ou grupal, caso das cooperativas. O PRONAF como ferramenta de modernização traz a premissa de que o investimento para a adequação dos espaços produzirá condições de concorrência no mercado formal. Segundo Castilhos (2002) o sistema financeiro tradicional não tem condições e interesse para incorporar ao crédito rural, a significativa parcela dos agricultores familiares brasileiros que possuem baixos níveis de obtenção de renda e de integração aos mercados agropecuários.

É possível ver a importância do PRONAF, enquanto política pública, quando observamos o Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, são 12,3 milhões de pessoas em cerca de 4,3 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 74,4% da população ocupada na agricultura e 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares, assim como, a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira. (MDA, 2011).

[...] só os dados quantitativos em relação ao universo de pessoas, área ocupada e produtos envolvidos na atividade já seriam suficientes para justificar a elaboração de políticas públicas que visam ao fortalecimento da agricultura familiar. Sua importância é ainda maior considerando-se que cria oportunidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversifica a atividade econômica e busca promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios. (CASTELÕES. 2002.p.1)

Seguindo a linha de pensamento em que é muito importante investir na produção de alimentos e que esta produção está concentrada na agricultura familiar, Mattei (2006) verificou que houve expansão da produção agropecuária no âmbito dos setores da agricultura familiar que são apoiados pelo PRONAF, principalmente quando comparado com aqueles que não tiveram acesso a esta política pública.

Isso significa que, em termos produtivos especificamente, há uma correlação positiva entre o sistema de financiamento e a evolução das quantidades produzidas e da própria produtividade das lavouras familiares. (MATTEI. 2006. p 13)

A linha de crédito acessada pelos produtores que aderiram ao Programa Puro Engenho foi o PRONAF Investimento. Esta linha de crédito visa financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Cabe salientar, neste caso, que entende-se as atividades não agropecuárias como os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviço no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra. (BNDES, 2011)

Enquadram-se nesta modalidade os agricultores familiares detentores de DAP<sup>2</sup> – Declaração de Aptidão ao PRONAF que exploram a terra na condição de proprietários, parceiros ou meeiros e ainda os concessionários do Programa Nacional de Reforma Agrária. No quadro 1 são apresentados os principais critérios para o enquadramento no programa.

### **Quadro 1 – Critérios para enquadramento ao PRONAF**

Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
Residam na propriedade ou em local próximo;
Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
Obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até dois empregados permanentes;
Tenham obtido renda bruta anual familiar acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: BNDES (2011)

### **3.2 AGROINDÚSTRIAS RURAIS FAMILIARES: DEFINIÇÃO**

A característica da agroindústria familiar rural está na forma de gestão e produção de riqueza baseada na mão-de-obra e também nos recursos da produção provenientes da família. De acordo com Mior (2005) a agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família produz e processa parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

<sup>2</sup> A DAP é usada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas como o PRONAF. É emitida por entidades devidamente cadastradas junto a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF – MDA).



Para falar de agroindústria familiar rural também é preciso definir Agricultura Familiar. Segundo a Lei N<sup>o</sup> 11.236, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente requisitos como possuir até quatro módulos fiscais, utilizar a mão de obra da família, maior parcela da renda seja das atividades da família, assim como, a própria família é quem faz a administração do empreendimento.

Para Wanderley (1996) a agricultura familiar caracteriza-se quando a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo, sendo que essa relação entre família/propriedade/trabalho torna a agricultura familiar uma categoria genérica que abrange diferentes formas sociais. A autora destaca que somente a partir da década de 90 a agricultura familiar passou a ter mais visibilidade no cenário rural brasileiro, quando passaram a se organizar em grupos e sindicatos com a finalidade de pressionar o governo na busca de incentivos e espaço para a categoria, alguns avanços foram obtidos como exemplo o PRONAF.

Wanderley (1996) ainda observa que as formas de agricultura familiar moderna tentam adaptar-se a um novo contexto baseado e influenciado na cultura urbana, onde o agricultor se profissionaliza e busca se enquadrar no mercado atento às questões econômicas da atualidade. Desse modo, representando uma ruptura com o estilo de vida camponês, mas, ao mesmo tempo, sendo um processo de continuidade ao longo das transformações de toda a sociedade principalmente após a revolução industrial.

Voltando à discussão sobre agroindústria familiar rural, Brito (2005) considera que essa forma de organização, além de melhor ocupar a mão de obra familiar, possibilita um incremento da renda ao agregar valor à produção. O autor também destaca como relevante o fato da agroindústria rural familiar possibilitar a permanência do produtor na propriedade com a manutenção da integridade familiar via envolvimento de todos os membros da família na produção, inclusive das donas de casa.

No entanto, Brito (2005) apresenta algumas dificuldades encontradas pelas agroindústrias familiares, como: o enquadramento às regras de concorrência estabelecidas pelo mercado, falta de visão voltada à organização da produção, dificuldade de crédito, pouco aporte tecnológico, burocracia excessiva quando busca

interação com órgãos e profissionais e falta de uma política de marketing e comercialização que propicie uma ampliação do mercado dos produtos ofertados localmente.

Agne e Waquil (2010) nos oferecem um outro olhar sobre a agroindústria familiar rural, trazendo a importância das relações sociais da agricultura familiar com outros agentes, como: consumidores, produtores e organizações locais. Desse modo, os autores apontam a necessidade de compreender os mercados enquanto resultados de construções sociais como o primeiro passo para entender a dinamização social e econômica dos espaços rurais atuais, especialmente no que se refere ao desenvolvimento das agroindústrias rurais familiares. Sendo que "através destas atividades, os agricultores estão agregando valor a produção agropecuária, diversificando a renda, oportunizando trabalho (especialmente para jovens e mulheres), e suprimindo as necessidades alimentares da família.(AGNE & WAQUIL, 2010 p.2)

Já Sulzbacher e David (2009) destacam que a agroindústria familiar rural pode ser fomentada como importante estratégia para reverter às consequências socioeconômicas da modernização conservadora na agricultura, onde participação dos agricultores familiares se torna um processo natural, uma vez que, sua história e cultura passam a ser valorizada. Nesse contexto, os autores ressaltam a importância das políticas públicas que vêm tentando retirar da informalidade a produção artesanal de alimento, principalmente sob égide da segurança alimentar.

Para haver desenvolvimento é preciso ter políticas públicas que tornem mais fácil o acesso ao crédito, não só dos grandes produtores rurais, mas principalmente da pequena propriedade onde vive a agricultura familiar. Dessa forma criam-se condições de processar a própria produção para agregar valor. Mielitz e Melo (2009) citando Veiga nos trazem que o efeito da distribuição da terra através da reforma agrária, deixa claro que a agricultura familiar é uma opção viável ao desenvolvimento socioeconômico em razão das funções distributivas e produtivas da terra. Da mesma forma salienta que é importante não só a terra, mas o acesso ao crédito, assistência técnica e outras políticas públicas que possam oferecer oportunidades aos agricultores familiares de se modernizarem e se tornarem viáveis economicamente.

Tratando de desenvolvimento rural no Brasil, Mielitz e Melo (2009) colocam que o progresso técnico e a mecanização da produção trouxeram resultados significativos

ao setor primário que sofreu influências pelas definições e prioridades das políticas públicas. Cabe aqui salientar o olhar que é dado neste trabalho que busca, justamente, entender a influência de políticas públicas como o PRONAF ou o Programa Puro Engenho, sobre a agroindústria familiar rural em estudo.

Alberti e Mielitz Neto (2005), no XLIII Congresso da Sober questionam se é possível pensar em desenvolvimento na pequena produção agrícola? E respondem que sim, desde que se explore o potencial do espaço rural como a paisagem, biodiversidade, costumes, novas técnicas e agro industrialização, entre outros, e ainda que é imprescindível o poder coletivo dos pequenos produtores para planejar o futuro.

### 3.3 OS MERCADOS FORMAIS PARA AS AGROINDÚSTRIAS E O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

Para Rübensam (2010) os produtos alimentícios oriundos da agroindústria familiar, também denominados de produtos artesanais ou produtos coloniais, diferenciam-se dos industriais pela sua fabricação sem ingredientes sintéticos em suas formulações. O diferencial está no fato de serem mais naturais seja pelo aspecto nutricional ou quanto à forma de produção, podendo ainda contar com características específicas de uma região. Além disso, o autor acrescenta que a qualidade dos alimentos deve apresentar aspectos como a saúde e integridade do consumidor; integridade do alimento; atributos sensoriais como sabor, odor, textura, cor e aparência; padrões ou exigências regulamentares e segurança com relação ao ambiente. (RÜBENSAM 2010. p.1). Neste contexto se inserem as normas de BPF, para TOMICH et al,

As Boas Práticas de Fabricação (BPF) são um conjunto de normas empregadas em produtos, processos, serviços e edificações, visando a promoção e a certificação da qualidade e da segurança do alimento. No Brasil, as BPF são legalmente regidas pelas Portarias 1428/93-MS [5] e 326/97-SVS/MS [7]. A qualidade da matéria-prima, a arquitetura dos equipamentos e das instalações, as condições higiênicas do ambiente de trabalho, as técnicas de manipulação dos alimentos, a saúde dos funcionários são fatores importantes a serem considerados na produção de alimentos seguros e de qualidade, devendo, portanto, serem considerados nas BPF. (TOMICH. Et al. 2005. p.1)

Algumas agroindústrias familiares, especialmente a do melado de cana em Santo Antônio da Patrulha, têm passado por um processo significativo na busca de adequação de seus meios de produção as normas legais de vigilância sanitária, assim como também a toda legislação voltada aos direitos sociais e obrigações fiscais. Os órgãos que atuam no município com autoridade para certificar os empreendimentos agroindustriais produtores de alimentos são: o SIM – Serviço Municipal de Inspeção que é responsável pela fiscalização de produtos de origem animal; a Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Cispoa que é, também, um órgão voltado a inspeção de produtos de origem animal, porém de abrangência estadual; o SIF – Serviço de Inspeção Federal que também segue a mesma linha de vigilância a produtos animais. De acordo com o MDA, SUASA - Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária, regulamentado em 2006, é um sistema unificado e coordenado pela União, com participação dos municípios, estados, através de adesão. Produtos inspecionados por qualquer instância do sistema Suasa podem ser comercializados em todo o território nacional (MDA). Este serviço ainda não está disponível no município. E, por fim, a Vigilância Sanitária, através da 18ª Coordenadoria de Saúde do Estado do RS, é responsável pela fiscalização dos empreendimentos produtores de alimentos de origem vegetal, aí incluído as agroindústrias de melado.

Importante salientar o trabalho da Vigilância Sanitária junto aos produtores de melado. O trabalho de formação e de conscientização de que na produção de alimentos as BPF devem ser respeitadas diariamente, tem alterado visivelmente o aspecto das agroindústrias locais, mesmo daquelas que ainda não estão formalmente estabelecidas. Esta preocupação com a higiene tem despertado a importância do uso do selo de garantia de origem do melado, oferecido pelo Programa Puro Engenho, o qual garante a fabricação do melado sob as normas de higiene e também de respeito ambiental.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS AGROINDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA: O CASO DO PROGRAMA PURO ENGENHO**

A cana de açúcar sempre esteve presente na história de Santo Antônio da Patrulha. Os portugueses vindos da Ilha da Madeira trouxeram a cultura para o estado de Pernambuco de onde se espalhou por outras áreas do país, chegando até Santo Antônio por volta do ano de 1770 pelas mãos dos açorianos que vieram de Laguna para povoarem o entorno do Posto da Guarda, instalado no caminho dos tropeiros que seguia em direção a Sorocaba, como diz a doutora historiadora e filha desta terra, Vera Barroso (2006, p. 86).

[...] é importante destacar que, enquanto a estrutura do complexo econômico e social da monocultura latifundiária canavieira estava espalhada pelo Brasil português, desde o primeiro século do descobrimento, no Rio Grande do Sul, ao contrário, sua introdução só ocorreu efetivamente quando do processo de sua incorporação ao território brasileiro, no século XVIII. E mais, se estruturou diferentemente, a partir de minifúndios, voltados para uma produção artesanal de cachaça, rapadura e açúcar mascavo, para o abastecimento do mercado interno regional. Na manufatura, a mão-de-obra era familiar, mas na lavoura trabalharam escravos, ainda que poucos, se comparar-se com outras áreas de produção extensiva. A implantação de engenhos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul está relacionada com o Ciclo do Tropeirismo, desencadeado na primeira metade dos 1700. O trânsito dos tropeiros, pelos caminhos da Praia, de Souza Faria (via Morro dos Conventos/SC) e do Sertão (via Santo Antônio da Patrulha e Campos de Cima da Serra/RS) proporcionou um mercado amplamente favorável à produção de açúcar mascavo, rapadura e aguardente, sobretudo. O fluxo dos tropeiros que vinham dos criatórios de mulas do norte da Argentina, passando pela Capitania do Rio Grande de São Pedro, rumo ao centro brasileiro, ou vice-versa, além de favorecer o processo de conquista portuguesa do território meridional, estimulou, também, a expansão da lavoura canavieira no extremo-sul da Colônia. (BARROSO, 2006. P.86)

O município de Santo Antônio da Patrulha possui uma população de 36.679 pessoas, sendo que a maioria, 28.105 vive no centro urbano e as outras 11.574 pessoas permanecem no meio rural. A área atual é de 1.050 km<sup>2</sup>, dividida administrativamente em cinco distritos (IBGE). O clima é caracterizado por uma temperatura média anual de 20°C, sendo a média das temperaturas máximas de 23,8°C, e a média das mínimas de 15,4°C. A temperatura máxima absoluta observada foi de 38,4°C e a mínima de 0°C. Quanto ao regime de chuvas, o mês

mais chuvoso é o mês de setembro, sendo abril e maio os meses de menor precipitação (SEPLAG/Atlas 2002 ).

De acordo com a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente - SEMAM, a economia do município é bem diversificada. Tem na lavoura de arroz irrigado seu principal produto agrícola, seguido pela criação de bovinos de corte e também, com presença marcante, da cana de açúcar, que é a principal fonte de renda de muitas propriedades que estão localizadas nas áreas mais altas e acidentadas, onde é mais difícil a mecanização. Mesmo enfrentando a dificuldade de ter que executar o trabalho agrícola de forma braçal, os canavieiros permanecem nestas áreas, uma vez que é aí que se encontram os melhores solos e o clima favorável ao desenvolvimento de variedades com maior teor de sacarose, o que redundava em maior produtividade para a agroindústria de melado e de açúcar mascavo. Nesta região de terras mais altas, está o predomínio da agricultura familiar e é onde se encontram as agroindústrias que produzem melado, açúcar mascavo e até mesmo cachaça (SEMAM. 2011).

Podemos perceber no quadro 2 baseado em dados da Secretaria Municipal das Finanças - SEMFI, que a indústria de transformação tem maior peso na composição do índice de retorno do ICMS. No entanto a agricultura ainda se mantém como grande geradora de riqueza, sendo uma importante fornecedora de matéria prima para a fabricação de doces derivados da cana, e que conforme a SEMFI, as fábricas de rapadura sozinhas representam 7% do valor adicionado de retorno do ICMS (Prefeitura/SITAGRO. 2010).

Segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura, existem no município cerca de 70 engenhos, porém somente cinco possuem alvará sanitário e de localização. O restante trabalha na informalidade e com dificuldade de acesso ao mercado, sujeitando-se a imposição de preços impostos pelas fábricas de rapaduras locais que exigem certificação, ou ficam a mercê de atravessadores.

#### **Quadro 2 – Representatividade na arrecadação de ICMS do município**

Participação	2008 - %	2009 - %
Indústria de transformação	35,22	29,99
Produção e extração animal e vegetal	19,72	18,49
Comercio varejista	16,92	16,41
Indústria de beneficiamento	9,80	16,18
Serviços e outros	9,23	10,01

Fonte: Secretaria Municipal das Finanças – Elaborado pelo autor.

Tão grande número de engenhos informais que trabalham preservando a identidade cultural, mas que atuam de forma desorganizada, fez com que entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater, Prefeitura Municipal e Sebrae buscassem o apoio do Banco do Brasil para criar um programa que aproveitasse este potencial de produção tradicional e levasse aos agricultores familiares uma possibilidade de agregar valor a seu produto.

Com estes objetivos surge o programa Puro Engenho, porém são várias as dificuldades de operacionalização. Ao que tudo indica, a questão financeira dos agricultores é a principal dificuldade. Com o intuito de solucionar este entrave, o uso do Pronaf foi a melhor opção, por ser um crédito voltado à agricultura familiar e por possuir um custo relativamente baixo, já que as taxas de juros variam de 1 a 5 por cento ao ano, com prazo de 8 (oito) anos para o pagamento e tendo dois anos de carência para pagar a primeira parcela, que deve ser sempre anual.

O Programa Puro Engenho nasceu com o nome de Programa Municipal de Qualificação Produtiva do Melado e do Açúcar Mascavo e regulado pelo Decreto Lei nº 423, de 19/07/2007. Porém teve seu início em julho de 2006 a partir da iniciativa conjunta de entidades como Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, EMATER, SEBRAE e Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha. Este conjunto de entidades estava preocupado e comprometido com o desenvolvimento sustentável do Arranjo Produtivo Local da Cana-de-Açúcar e seus derivados, no município de Santo Antônio da Patrulha. Contou também com o apoio do Banco do Brasil que se responsabilizou pelas transações de empréstimos do PRONAF. (Folder Prefeitura)

As principais justificativas do programa, aqui apresentadas de forma sucinta, são as dificuldades de comercialização e de mercado para a produção de melado e de açúcar mascavo; estabelecer processos agroindustriais técnicos, sociais e ambientais adaptados às condições municipais; estabelecer uniformidade ao produto melado e açúcar mascavo produzido no município; importância econômica e social para um grande número de produtores; melhorar as estruturas físicas e processos agroindustriais; estimular investimentos que desencadeiem processos de desenvolvimento local e regional, e por fim, a necessidade de adoção de políticas que visem o fortalecimento da atividade agropecuária no município, evitando o êxodo rural.

Entre seus objetivos estão; qualificar a produção, identificar, com o selo próprio do programa, para agregar valor ao melado e ao açúcar mascavo produzido no município. Ampliar o mercado buscando mais competitividade e organizar a produção rural, promovendo a geração de emprego e renda buscando desencadear um processo de desenvolvimento sócio-econômico municipal.

O programa busca normatizar as instalações e os procedimentos industriais de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária, assim como proporcionar a formação dos produtores na área de administração. Um comitê técnico, de caráter consultivo, composto por representantes da Prefeitura/Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SEBRAE-RS e EMATER, acompanhará o atendimento das atribuições do programa.

A criação do Programa Puro Engenho, ratifica a importância da cana de açúcar para a economia local. Por outro lado, não se pode ignorar o descaso com o pequeno produtor que acabou perdendo, com a implantação da AGASA – Açúcar Gaúcho S/A, a tradição de cultivar uma grande variedade de produtos para o autoconsumo.

De acordo com BARROSO (2006), a AGASA nasceu de um projeto de base popular idealizado pela Cooperativa Canavieira de Santo Antonio da Patrulha Ltda. Construída na divisa do município de Santo Antônio da Patrulha e Osório, e inaugurada em novembro de 1965, durante o governo de Ildo Meneghetti. Na visão do então governador do Estado, Leonel de Moura Brizola (1959-1963), se fazia necessário implantar uma indústria que desenvolvesse a cultura da cana e trouxesse melhoria de vida à população rural da região. A indústria açucareira fechou suas portas em 1990, antes, porém viveu seu período de euforia quando em 1971 teve sua maior safra. (BARROSO, 2006. ps. 34 e35)

A usina teve grande importância para a economia do município, cabe citar BARROSO novamente;

Inquestionavelmente o nascimento da usina de açúcar branco, que leva no nome a marca *gaúcho* – AÇÚCAR GAÚCHO S.A. –, provocou mudanças nas relações sociais da área de sua instalação e cercanias, onde os colonos antes se entregavam a desmanchar a cana em pequenos engenhos para a confecção da rapadura e da cachaça, produtos que gestaram a tradição regional a partir do século XVIII, mas, mais especialmente, do açúcar mascavo, com maior ênfase no município de Santo Antônio da Patrulha, ao alcançar as décadas de 1940 e 1950. É que havia um mercado certo e promissor para o açúcar *amarelo* como insumo na fabricação do café, com muitas das torrefadoras situadas no próprio Litoral Norte, e, sobretudo, para a produção de vinhos, na região serrana de Caxias do Sul. Entretanto, uma crise se impôs a partir de outubro de 1957, devido à proibição pelo IAA da



adição do açúcar mascavado naqueles produtos. Essa medida levou as cerca de 2000 famílias de canavieiros minifundiários à agudização de suas dificuldades, cuja superação foi perseguida com o projeto de criação e instalação da AGASA, que fabricaria o açúcar branco. Para quem viveu a década de 1960, especialmente o ano da inauguração da indústria açucareira, situada à margem da *doce* Lagoa dos Barros, com sua majestosa chaminé e seu amplo prédio em meio ao verde da cana que rasgava os morros da encosta da Serra Geral, custa a entender e a aceitar o silêncio das moendas, *denúncia* do seu amargo fim em 1990. (BARROSO, 2006. ps.38 e 39)

A monocultura da cana deixou o campo ainda mais pobre a partir do fechamento da estatal, e isso, se prolongou até hoje. Para o secretário municipal de agricultura “a criação de programas voltados ao campo, como é o caso do Puro Engenho, é uma forma de resgatar a produção artesanal de derivados de cana e ao mesmo tempo agregar valor ao fruto do labor da família agricultora”.

A tradicional rapadura de Santo Antônio da Patrulha é reconhecida muito além das fronteiras do município por sua qualidade e sabor, porém, hoje, o mercado dita regras que precisam ser acatadas e aplicadas com rigor, exigindo assim uma quebra no paradigma do saber fazer. Não serve mais a maneira simples da roça, sendo necessário usar tecnologias novas que dão a certeza ao consumidor de que o produto disponível está dentro das exigências de higiene e conservação. Desta forma, o Puro Engenho traz ao produtor a possibilidade de sucesso neste exigente mercado de produtos diferenciados, mas que o leva a fazer investimentos em melhorias estruturais da agroindústria familiar.

#### 4.1 RESULTADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO PROGRAMA PURO ENGENHO: O CASO DA AGROINDÚSTRIA RURAL FAMILIAR EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

Os dados da propriedade foram levantados a partir de um questionário estruturado e aplicado junto ao produtor que preferiu responder sozinho, sem a participação da família. No intuito de não expor o produtor, optou-se por preservar sua identidade. O entendimento é de que, mais importante que identifica-lo, é

apresentar o esforço de seu trabalho e a gentileza de parar seus afazeres para contribuir com a realização desta pesquisa.

#### 4.1.1 Identificação da propriedade

A agroindústria familiar pesquisada não possui nome fantasia e é identificada pelo mesmo nome do proprietário. Está instalada na localidade de Roça Grande, terceiro distrito de Santo Antônio da Patrulha, a uma distância de 20 km da sede. O acesso é por estrada de chão, em péssimo estado de conservação. Possui bom sinal de telefonia móvel. A energia elétrica é distribuída pela CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica com potência suficiente para a movimentação dos equipamentos. Não possui rede pública de esgotamento e a água é captada de poço artesiano. Os resíduos líquidos são conduzidos a um sumidouro, conforme exigência da Secretaria Estadual da Saúde, responsável pela vigilância sanitária.

As instalações da agroindústria estão de acordo com as normas sanitárias exigidas pela 18ª coordenadoria de saúde. O prédio é construído em alvenaria. Possui sala para a recepção da cana, com portões que não permitem o acesso de animais, sala para o tacho com paredes revestidas de azulejos e piso cerâmico, teto com forro de PVC, espaço separado para o depósito de tonéis de melado, fornalha com boca para um espaço externo onde fica armazenada a lenha. Possui exaustor, em aço inoxidável, para a retirada do vapor da fervura da garapa.

É uma propriedade de 20 hectares, sendo 7 destinados à plantação de cana de açúcar. Possui um pequeno potreiro, com grama nativa para o gado, uma pequena área de mata nativa que está sendo preservada e cerca de um hectare plantado com eucalipto para o fornecimento de lenha, mas que ainda não atingiu o ponto de corte. A variedade de cana cultivada foi determinada pela tradição familiar que já plantava a Napa<sup>3</sup> pois apresenta bom rendimento nesta área, em torno de 35 tonéis<sup>4</sup> de melado por hectare/ano.

Residem na propriedade 4 pessoas, o produtor com 49 anos e sua esposa com 46 anos, dois filhos, um de 21 anos e o mais jovem com 19 anos.

---

<sup>3</sup> Não foi possível identificar se “Napa” é uma denominação oficial de alguma variedade de cana de açúcar ou se é um nome vulgar de alguma variedade catalogada, o produtor sempre conheceu a variedade por este nome.

<sup>4</sup> Um tonel de melado usado na propriedade pesa em torno de 300 quilos.

#### 4.1.2 Atividades desenvolvidas

As atividades agropecuárias desenvolvidas são a criação de bovinos de corte como forma de poupança. São produzidos alguns produtos para consumo da família: feijão, milho, aipim, batata doce e alguns suínos para serem abatidos para o fornecimento de carne e banha. O cultivo de cana de açúcar, usada como matéria prima para a produção do melado, que é a principal atividade e fonte de renda da propriedade. Todos os membros da família se envolvem no trabalho. O produtor é o principal responsável pelo melado e os filhos pelo cultivo, corte e transporte da cana, que é feito com tração animal. A mulher cuida da casa e da horta, porém quando o serviço da roça aumenta, ela precisa ficar junto ao tacho, cuidando da fervura para fazer a retirada da espuma que separa os sólidos indesejados no produto final.

A produção de melado gira em torno de 16 tonéis por mês, sendo que cada tonel tem capacidade para 300 quilos, não sendo possível aumentar a produção sem que haja a contratação de trabalhadores, o que é indesejado pelo produtor que prefere trabalhar só com a família.

#### 4.1.3 Canais de comercialização

A produção de melado é toda destinada a uma única fábrica de rapaduras da região. Embora a produção tenha aumentado com o ingresso no programa Puro Engenho, o produtor optou por não fornecer a outros compradores, pois é de seu entendimento que *“a fábrica sempre esteve junto e por isso deve fidelidade de fornecimento”*, uma vez que a demanda do produto é maior que a oferta no mercado local. Importante salientar a relação de confiança existente nesta parceria do produtor com a fábrica, já que estas pessoas sempre estiveram ao seu lado e honrar esta relação com os parceiros parece ser natural da negociação.

No entanto, esta é uma situação que deixa o produtor na dependência do que pode acontecer com a fábrica. Como aumentou a produção, poderia optar por outros canais de comercialização, e não correr riscos como o da fábrica fechar ou deixar de produzir rapadura com melado, optando por usar açúcar cristal e glicose de milho, como outras fábricas da região o fazem.

Outro fator importante, é a relação de negociação entre o produtor e a fábrica. Há, em função da adesão ao Programa Puro Engenho, um contrato que determina o fornecimento de uma quantidade mínima de melado à fábrica, cerca de 20% da

produção. Em contrapartida, a fábrica se compromete a honrar o compromisso de pagar um preço mínimo pelo produto. Não há intermediário e as negociações de preço têm ocorrido de forma direta, porém o Sindicato Rural tem exercido influência na formação do preço, a partir do momento que busca orientar os produtores no cálculo dos custos de produção e, através de reuniões periódicas com todos os produtores reunidos em sua sede, tornar transparente por quanto cada um está comercializando com outros consumidores, inclusive de fora do município. Antes do ingresso no programa, era a fábrica quem determinava o preço que queria pagar, muitas vezes forçando o preço para baixo, alegando que havia excesso de produção e não tinha como estocar.

#### 4.1.4 Informações sobre a adesão da família ao programa puro engenho

A adesão ao programa se deu em função de convite feito pelo secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que estava encarregado de organizar os produtores de cana para uma apresentação ao consultor do SEBRAE, que entendeu ser importante participar, mesmo com as dificuldades quase intransponíveis, com referência ao aporte de recurso para a construção de um novo engenho, já que o seu não tinha condições de ser reformado. Assim sendo, o gerente local do Banco do Brasil apresentou a possibilidade de financiamento através do PRONAF Investimento que apresenta taxas de juros muito abaixo do mercado, levando-o a fazer uso do empréstimo por duas vezes. Na primeira solicitou R\$ 12.000,00 e na segunda R\$ 6.000,00. Para atender a demanda da Secretaria Estadual da Saúde, 18ª Coordenadoria Regional, teve que usar mais R\$ 4.000,00 de recursos próprios que vieram da venda de alguns novilhos que havia na propriedade, o que significa um investimento de R\$ 22.000,00 em infra-estrutura e equipamentos (Quadro 3). O programa produziu mudanças estruturais para adequação a legislação e também na forma de administrar para atender as novas demandas das BPF.

Cabe salientar que a coordenadoria exigiu equipamentos como exaustor inoxidável e também embalagens de PVC.

**Quadro 3 – Recursos investidos na agroindústria para atender às normas das BPF, critério de adesão ao Programa Puro Engenho.**

Pronaf /BB	Recursos Próprios	Uso
R\$ 12.000,00	-	Estrutura
R\$ 6.000,00	-	Estrutura/ equipamentos
-	R\$ 4.000,00	Equipamentos/embalagem
Total..... R\$ 22.000,00		

Fonte: Elaborado pelo autor (informações da pesquisa).

Entende o produtor que a Emater, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais têm demonstrado e trabalhado para que o programa tenha continuidade, além de incentivar a adesão de novos produtores ao programa, porém entende que deveria haver mais comprometimento por parte da Prefeitura Municipal que tem a responsabilidade de manter o acesso em condições de tráfego.

Questionado sobre benefícios do programa, a resposta do agricultor é de que as condições de trabalho no engenho melhoraram muito em função da organização do espaço e da higiene. Além disso, o programa trouxe aos produtores do entorno a possibilidade de venderem sua cana ou trazerem para esmagar nas agroindústrias formalizadas, numa forma de credenciar seu produto para ser vendido as fábricas.

Há um fato novo na comercialização do açúcar e do melado que é o benefício do crédito do ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços para as fábricas, porém este crédito só é concedido para compras efetuadas de produtores com alvará, Decreto do Estado do Rio Grande do Sul nº 47.748 de 30 de dezembro de 2010. Este decreto deverá produzir um aumento na demanda por melado e açúcar de produtores formais locais, já que as fábricas consomem um volume muito grande de produtos de fora do município.

#### 4.1.5 Produção, comercialização e renda

Segundo o produtor, com relação aos gastos com matéria prima, estes são insignificantes, já que a cana continua sendo produzida da mesma forma e usando a mesma mão de obra de antes, o que havia era sobra de cana que era fornecida ao gado como forragem. O principal item que sofreu acréscimo foi a energia elétrica,

porém o produtor não especificou em quanto foi este aumento já que se beneficia do desconto concedido ao produtor rural.

Não houve uma maior divulgação do produto já que o produtor fez opção de continuar vendendo para a mesma fábrica de rapaduras. A assistência técnica foi muito presente, somente na implantação do projeto, quando ocorreram também, cursos de gestão através do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e de BPF pela Secretaria Municipal da Agricultura.

Com relação às vendas, o produtor afirma que houve um aumento de mais de 100%, da mesma forma que o preço de venda passou de R\$ 0,79 para R\$ 1,50 o quilo de melado, como pode ser observado no Quadro 4, a seguir. É importante salientar que o produtor investiu pouco em embalagem, já que a fábrica consumidora fornece os tonéis, numa forma de pressionar a exclusividade de compra.

**Quadro 4 – Quantidade do produto (melado) e preços de comercialização: antes e depois da adesão da agroindústria ao Programa Puro Engenho**

Produção Antes do Programa		Produção Hoje
Quantidade	(6 tonéis) 1.800 kg	(16 tonéis) 4.800 kg
Preço	R\$ 0,79	R\$ 1,50

Fonte: Elaborado pelo autor (informações da pesquisa)

Na questão sobre o aumento da renda, o produtor tem a convicção que em função do aumento da demanda, prazo de carência, taxas, prazo e forma de pagamento do empréstimo do Pronaf, houve aumento significativo, inclusive permitindo que seja pago aos filhos uma remuneração mensal na forma de salário, que era impensável antes, o que levou o filho mais novo a deixar o emprego na fábrica de calçados e voltar para trabalhar na propriedade.

A consequência do grande número de agroindústrias informais produz influência direta na resistência do produtor em investir na modernização das agroindústrias locais. Segundo palavras de um agricultor “*não vou gastar um monte de dinheiro pra construir se vou vende pelo mesmo preço dos outros*”. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, a preocupação de ficar devendo ao banco leva o produtor à sujeição dos preços

impostos pelas fábricas de rapaduras da região que são as maiores consumidoras da produção das agroindústrias familiares locais.

Para o Projeto foi criado o que se denominou “Certificação Monitorada e Controlada da Matéria-prima” e para esse controle foi adotado o selo *Puro Engenho- Empresa Participante* (figura 1), que garante a procedência dos produtos oriundos da agricultura familiar e com garantia de produção baseada nas boas práticas de fabricação, respeito ao meio ambiente e comércio justo entre indústria e agricultura familiar. Um comitê técnico é o responsável pela impressão que deve ter a autorização assinada por dois membros designados como representantes, identificando a quantidade de selos a ser emitido, o nome da empresa autorizada e o número de registro da autorização.

O mesmo comitê, hoje representado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, é responsável pela autorização e será feito respeitando a proporção de 1:2 no caso da compra de açúcar mascavo e de 1:4 no caso da compra de melado de cana. Assim, para cada quilo de açúcar mascavo, a fábrica receberá a autorização para imprimir dois selos e, para cada quilo de melado comprado, a fábrica receberá autorização para quatro selos. Este selo é disponibilizado às fábricas que usam o melado ou o açúcar como matéria prima adquirida destes produtores, como meio de comprovar a garantia de procedência da matéria prima. Este controle é feito pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais já que é o responsável pelas negociações entre produtores e indústrias locais.



Figura 1. Selo Puro Engenho

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha

A seguir imagens de como era o engenho antes dos investimentos para adequação ao programa (Figuras 2 e 3) e outras de como é atualmente. (Figuras 4 e 5)

É possível ver através das figuras 2 e 3 que as estruturas da agroindústria eram rudimentares, funcionando quase que a céu aberto. Além da impossibilidade de ter uma produção que respeitasse as BPF, tornava o trabalho diário ainda mais árduo e não permitia uma boa organização. A cana era depositada no piso de chão batido sem nenhum cuidado de higiene, sem contar que não havia barreiras que impedissem a entrada dos animais domésticos. O tacho para a fervura da garapa ficava sob um telheiro contíguo igualmente sem higiene alguma. Os tonéis de melado ficavam depositados no mesmo espaço da moenda até que fossem comercializados e o comprador os retirasse. Sem contar que, nos períodos de chuvas intensas, o transporte só era possível com carretas de tração animal até a estrada principal, que era até onde o caminhão conseguia chegar para o embarque.



Figura 2 – Vista externa da agroindústria, antes da inserção da família no programa.  
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha.





Figura 3 – Vista externa da agroindústria, antes da inserção da família no programa.  
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha.

As imagens atuais, figuras 4 e 5, mostram que houve uma significativa melhora nas condições de higiene, desde a entrada da cana em sala devidamente fechada com piso e paredes com revestimento cerâmico. A sala do tacho separada da fornalha e também com revestimento cerâmico, aberturas teladas e sala para o depósito dos tonéis de melado com estrados para o armazenamento até o embarque. O produtor explica que com a adesão ao programa, mudou não só a higiene como também a forma de administração da agroindústria e de toda a unidade de produção familiar.



Figura 4 – Vista externa da agroindústria após a inserção da família no programa  
Fonte: Foto do Autor



Figura 5 – Vista interna da agroindústria (sala do tacho) após a inserção da família no programa  
Fonte: Foto do Autor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou identificar como o Programa Puro Engenho contribuiu para a renda e comercialização dos produtos da agroindústria rural familiar. O objetivo da pesquisa foi analisar se houve modificações sócio econômicas em uma agroindústria familiar rural que aderiu ao Programa Municipal de Qualificação do Melado e do Açúcar Mascavo de Santo Antônio da Patrulha. Buscou também descrever os canais de comercialização de seu principal produto: o melado de cana, e também que alterações foram efetuadas nas estruturas para adaptação as normas de BPF.

Concluiu-se que houve expressivo aumento de produção de melado, assim como o valor de venda sofreu forte variação positiva atingindo quase cem por cento de acréscimo. Houve aumento da demanda por melado sendo necessário aumentar o volume de mão de obra, para isso o retorno do filho mais novo, trabalhador na indústria de calçados, veio de encontro ao que se propunha o produtor de não contratar trabalhadores externos, nem mesmo de forma temporária. Com o aumento da produção e com um melhor preço recebido foi possível cobrir a diferença do custo da mão de obra agregada pelo filho.

É notório que o sucesso da agroindústria está diretamente ligado às alterações efetivadas em toda a estrutura física, assim como na forma da gestão da mesma.

Importante salientar que o produtor optou por continuar entregando sua produção a uma única fábrica de rapaduras, mesmo tendo recebido propostas de outros consumidores, até mesmo de fora do município, sujeitando-se aos riscos inerentes a dependência de um único comprador.

Com relação ao crédito do PRONAF, usado para adequação das instalações, está bem claro que a agroindústria tem condições de pagar as parcelas, sem que isso traga comprometimento ao bem estar da família.

Quanto às questões ambientais que passaram a ser discutidas pelo programa e antes pareciam distantes da realidade local, passam a ter maior relevância, a tal ponto que o produtor tende a questionar o uso indiscriminado de agrotóxicos. A preocupação em produzir um alimento natural e com características diferenciadas, o leva a pensar na possibilidade de fazer a transição para uma agricultura de base

ecológica. A forma em que é manejada a lavoura de cana, na propriedade, leva a crer que esta é uma possibilidade que pode ser viável com poucas alterações nos procedimentos cotidianos. Abre-se desta forma a perspectiva de um estudo mais apurado e que olhe nesta direção.

Outro aspecto importante é a constatação de que houve uma modernização dos meios de produção na propriedade, os investimentos trouxeram não só tecnologias aos equipamentos como também planejamento da produção e preocupação com o meio ambiente, sinal de que é de forma sistêmica a busca pelo desenvolvimento. Este conjunto de fatores produz uma visão de que o desenvolvimento rural se consolida e mostra que pode ser uma alternativa para a fixação dos jovens no campo, caso identificado neste estudo com o retorno do filho, que agora se fixa na propriedade, garantindo a sucessão familiar.

Este sucesso mostra também que, política pública que busca atender a demanda de uma necessidade real da pequena propriedade, é capaz de trazer novo alento as comunidades que lutam por melhores condições de vida. É, através da geração de trabalho e renda, que o homem busca construir sua cidadania sem ter que abandonar o campo.

Por fim se conclui que uma política pública deve disponibilizar programas a partir das necessidades demandadas pela própria comunidade beneficiada. No caso específico do PRONAF investimento na agroindústria familiar estudada, é bem claro o resultado positivo, pois sem ele o produtor teria mais dificuldade para atender as exigências do Programa Puro Engenho. Foi o acesso ao crédito que possibilitou o fortalecimento do mercado, e também, solidificou os laços de convivência da família e da relação com a indústria consumidora do seu principal produto, o melado.

## Referências;

AGNE, Chaine Leal; WAQUIL, Paulo Dabdab. **A Rede de Relações Sociais nos Mercados de Proximidade: Os Canais de Comercialização e Troca das Agroindústrias Rurais Familiares da Região do Corede Jacuí Centro – RS.** Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/13.doc>>. Acesso em: 18 maio 2011.

ALBERTI, Raquel Lorensini; NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Militz. **É Possível Pensar Desenvolvimento da Pequena Produção Agrícola na Conjuntura Atual a Partir de Políticas Públicas Essencialmente Agrícolas?** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/450.pdf>>. Acesso em: 24 janeiro. 2011.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Moendas caladas: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957 – 1990).** PUCRS. 2006.

BRITO, Celestino de Oliveira. **A Agroindústria artesanal e o programa Fábrica do Agricultor: Uma Tentativa de Racionalizar as Atividades em Uma Unidade de Produção Agrícola Familiar.** Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Universidade Federal do Paraná. 2005.

CASTELÕES, Eliane. **Agricultura familiar predomina no Brasil.** Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

CONTERATO, Marcelo Antônio; FILIPI, Eduardo Ernesto. **TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. (Serie educação a distancia).

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em; <http://www.dqi.ufms.br/~lp4/apostilaMetodologia.pdf>. Consultado em 04 de dezembro de 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?> Consultado em 20/01/2011.

KALNIN, Joanir Luis. **Desenvolvimento Local/Regional Focado na Agroindústria Familiar:Experiências em Santa Catarina.** 2004. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: [http://docsagencia.cnptia.embrapa.br/agriculturaFamiliar/desenvolvimento\\_local.pdf](http://docsagencia.cnptia.embrapa.br/agriculturaFamiliar/desenvolvimento_local.pdf)

LIMA, Ivamney Augusto. **A Extensão Rural e a Produção do Conhecimento: A Fundamentação Científica dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado) Engenharia Agrícola, na área de concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Campinas. 2001. Disponível em; [www.mda.gov.br/.../A Extensão Rural e a Produção do Conhecimento.DOC](http://www.mda.gov.br/.../A%20Extens%CC3o%20Rural%20e%20a%20Produ%CC3o%20do%20Conhec%CC3imento.DOC) Acessado em 18 de fevereiro de 2011.

MATTEI, Lauro. **Pronaf 10 anos : mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 202 p.; NEAD Estudos; 12. Disponível em <http://www.nead.org.br/portal/nead/nead-estudos/?page=2>

MDA. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/> Acesso em: 04 de outubro 2010.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007.

**Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes/> acesso em 21 de fevereiro de 2011.

RÜBENSAM, Jane Maria. **Estrutura e organização de projetos agroindustriais**. Texto disponibilizado para a disciplina do Curso de PLAGEDER Derad 21 - Elaboração e Avaliação de Projetos Agroindustriais. Porto Alegre: Ufrgs, 2010/2.

SCHNEIDER, Sergio (Org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 295 p. (Série Estudos Rurais).

SEBRAE. Disponível em: <http://www.sigeor.sebrae.com.br/gestao1>. Acesso em: 04 out 2010.

SEPLAG, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Cidadã. Atlas Socioeconômico do RS. Disponível em <http://www.seplag.rs.gov.br>. Consultado em 20/01/2011.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. 238 p.

SULZBACHER, Aline Weber; DAVID, Cesar De. **Agroindústria familiar rural: uma estratégia para melhorar a qualidade de vida no espaço rural**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12251/11704>>. Acesso em: 19 fev. 2011.

TOMICH, Renata Graça Pinto et al. **Metodologia para Avaliação das Boas Práticas de Fabricação em Indústrias de Pão de Queijo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cta/v25n1/a18v25n1.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual das ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=899435](http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object_id=899435)>. Acesso em: 28 abr. 2011.

## APÊNDICE - Questionário Aplicado ao Produtor

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Identificação e caracterização da agroindústria:

Proprietário:

Distrito/localidade:

Distância da sede da cidade:

Tamanho da propriedade (hectares):

Número de residentes e idade:

1) Qual (is) atividades agropecuárias desenvolvidas?

Quadro 1 – Identificação dos produtos agroindustriais desenvolvidos pela família.

Produtos	Origem da matéria-prima (insumos) Própria, terceiros?	Mão-de-obra (*)	Autoconsumo
Açúcar		( ) TF ( ) FC	( ) sim ( ) não
Melado		( ) TF ( ) FC	( ) sim ( ) não
Rapadura		( ) TF ( ) FC	( ) sim ( ) não
Outros		( ) TF ( ) FC	( ) sim ( ) não

Notas: (\*) Preencher os dados referentes à mão-de-obra de acordo com a seguinte síntese: TF: (total familiar) ou FC (familiar e contratada temporária)

Quadro 2 – Canais de comercialização dos produtos da agroindústria.

Agentes Sociais	Comercializa?	Quais destes canais surgiram após a inserção no Programa?
Consumidores diretos da zona urbana	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não, pois sempre comercializei neste canal.
Consumidores diretos da zona rural	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Armazéns	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Supermercados	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Cooperativas	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Associações	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Indústrias	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Padarias	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Festas, reuniões na comunidade	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Atravessadores (pessoas que revendem o produto)	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Outros?	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não
Merenda escolar	( ) Sim ( ) Não	( ) Sim ( ) Não

Marque sim caso positivo – os que surgiram com o programa. As respostas negativas são para os canais que eles sempre comercializavam.

## 2 – INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA PURO ENGENHO

Quadro 2 – Apoio institucional (órgãos públicos, Secretaria de Agricultura, Emater, ONG's, Universidades).

Instituições/organizações/órgãos	Forma de apoio (técnico, financeiro...)
Secretaria de Agricultura	
Emater	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	
Universidades	
Organizações Não Governamentais	
Associações	
Outros	

3) Como o ficou sabendo do projeto Puro Engenho?

4)Quais as principais dificuldades para a participação no Programa Puro Engenho?



5) Além do PRONAF, houve outro tipo de aporte financeiro?

6) Qual o valor financiado e de que forma se dará o pagamento? (prazo e parcelas)

7) Você precisou fazer modificações na forma de organizar e produzir os produtos? Caso afirmativo, quais foram as modificações?

8) Você entende que a prefeitura ou outros órgãos que representam o agricultor tem demonstrado interesse na continuidade do projeto?

9) Em sua opinião o programa Puro Engenho tem trazido benefícios ao agricultor? Caso positivo, que tipo de benefício?

10) Possui outra fonte de renda que não esteja diretamente ligada a agroindústria? (Renda extra, que não seja proveniente da agropecuária e agroindústria).

Quadro 3 – Avaliações sobre o programa – percepção dos agricultores

<b>Resultados do programa</b>	
Reduziu os gastos?	( ) Sim ( ) Não Porque?
Aumentou o valor comercializado?	( ) Sim ( ) Não Porque?
O produto ficou mais conhecido?	( ) Sim ( ) Não Porque?
Aumentaram as vendas?	( ) Sim ( ) Não Porque?
Melhorou a assistência técnica?	( ) Sim ( ) Não Porque?
Recebeu treinamento/curso específico?	( ) Sim ( ) Não Porque?

Obs.:

## ANEXO – Folder do Programa Puro Engenho

## PROGRAMA MUNICIPAL DE QUALIFICAÇÃO PRODUTIVA

**O Programa Municipal de Qualificação Produtiva do Melado e do Açúcar Mascavo** teve seu início em julho de 2006, a partir da iniciativa de um conjunto de entidades locais/regionais preocupadas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável do Arranjo Produtivo Local da Cana-de-Açúcar e seus Derivados, do município de Santo Antônio da Patrulha, localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Assim, agricultores familiares produtores de melado e açúcar mascavo e empresas produtoras de rapadura foram mobilizados e incentivados a desenvolver um processo produtivo, da cana-de-açúcar ao produto final, com mais qualidade, seguindo normas que respeitam a legislação ambiental, trabalhista e sanitária. Dois anos depois, nasceu uma linha de produtos com qualidade diferenciada, objetivando a conquista de um mercado cada vez mais exigente.

### PARCEIROS ENVOLVIDOS

---

- Município de Santo Antônio da Patrulha
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Programa Juntos para Competir (Sebrae/Senar/Farsul)
- Emater
- Banco do Brasil S/A
- Coopercanasul - Cooperativa dos Produtores de Cana-De-Açúcar e Derivados do Estado do Rio Grande do Sul.
- Aprodecana

### CONTATO

---

Secretaria de Agricultura e Fomento  
Econômico do Município de Santo Antônio da Patrulha.  
Fone.: (51) **3662.4000**



PROGRAMA MUNICIPAL  
DE QUALIFICAÇÃO PRODUTIVA



### RESULTADOS DO PROGRAMA

Melhora da qualidade da matéria-prima fornecida para indústria alimentícia;

Novos canais de comercialização para indústria e para a agroindústria familiar;

Um produto que oferece critérios de segurança alimentar, respeito ao meio-ambiente e comércio justo entre indústria e agricultura familiar.

**Certificação monitorada e controlada da matéria-prima.**

### PRODUTOS CERTIFICADOS PELO PROGRAMA

**Melado de Cana:** do tipo “Comum” ou “Batido”, é um produto natural, obtido a partir do cozimento do caldo da cana-de-açúcar, rico em vitaminas, sais minerais e carboidratos. Não contém aditivos químicos.

**Açúcar Mascavo:** obtido diretamente da concentração do caldo de cana-de-açúcar recém extraído, cujo processo de elaboração também não utiliza aditivos químicos.

Sua cor pode variar do dourado marrom-escuro, em função da variedade da cana-de-açúcar e da estação ano em que é feita a colheita.

**O açúcar mascavo é um alimento natural** que contém proteínas, cálcio, fósforo, ferro, vitamina B1, B2, niacina, vitamina C, sódio, potássio, magnésio, cobre e zinco.








Ao adquirir produtos **Puro Engenho** você estará apoiando a Agricultura Familiar e incentivando o Desenvolvimento Regional.

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha